Revista IDeAS

Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Inovação, Agroindústrias Familiares e Sistemas Agroalimentares Locais na Serra Gaúcha

Innovation, Family Agro industries and Local Agrifood Systems in Serra Gaúcha (South Brazil)

Ana Paula Matei[1], Leonardo Xavier da Silva[2]

Resumo:

Este artigo analisa 10 casos empíricos de agroindústrias familiares na Serra Gaúcha como uma atividade inovadora que incentiva a autonomia e contribui para a melhoria da qualidade de vida e para a manutenção das famílias nos espaços rurais no Brasil. Destaca como certos programas e políticas públicos têm resultado em um ambiente institucional favorável à agricultura familiar, em nível nacional e estadual. Apresenta como estes agricultores realizam processos inovadores, otimizando o uso dos seus recursos disponíveis (terra, trabalho familiar, conhecimento). Como resultados, mostra a interação destes agricultores familiares com o ambiente institucional, favorecendo e melhorando estas práticas, inserindo-os em um sistema agroalimentar alternativo local.

Palavras-chave: *Agroindústrias familiares, ambiente institucional brasileiro, sistemas agroalimentares alternativos locais.*

1 Graduada em Administração (UFPel - 2004); mestre em Engenharia de Produção (PPGEP-UFRGS, 2010); doutora em Desenvolvimento Rural (PGDR-UFRGS, 2015).

2 Possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1994), mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997) e doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002).

Abstract:

This paper aim to analyze ten empirical cases of family farms that make agro industrial process as innovation activity that incentive their autonomy and contribute to better life style and keeping their families in countryside (rural) of Brazil (Serra Gaúcha). This highlight some public policies and programs to impact in a favorable institutional environmental for this family farms, in a national and regional levels. Introduce how this agricultures making practices to innovating production, optimizing the use of their resources (land, familiar work and knowledge). As a result, shows the interactions between this family farms with this institutional environmental, facilitating and improving their practices, insert of in alternative local agrifood systems.
Keywords: *Familiar agro industries, brazilian institutional environmental, alternative local agrifood systems.*

1. Introdução

O regime de produção de alimentos tem sido discutido sob diversos enfoques, dadas as suas implicações sociais, econômicas e ambientais em nível mundial. Essas implicações indicam a necessidade de um novo modelo de agricultura, possivelmente de um resgate de processos produtivos que resguardem os fatores de produção, considerando a sua escassez, e ao mesmo tempo valorizando as pessoas associadas a este processo (PLOEG et al., 2000). Por um lado, há a necessidade de considerar os impactos ambientais, bem como a própria relação de produção e a integração socioeconômica daqueles que atuam no sistema agroalimentar (MILONE, 2009; GAZOLLA, 2012). Por outro, também deve ser considerada a mudança no comportamento dos consumidores[3]

3 Guivant (2003) analisa o aumento do consumo por orgânicos pelos consumidores de supermercados como parte de um comportamento que expõe uma demanda por alimentos saudáveis sob uma perspectiva de estilo de vida individual (conceito de *ego-trip* que contrapõe *ecológico-trip)*. Já Gazolla (2012) caracteriza um aumento da demanda por produtos locais, especialmente no caso das agroindústrias familiares, caracterizando os mercados de proximidade e a valorização da qualidade dos produtos. O reconhecimento por parte dos consumidores da qualidade distintiva dos produtos locais e artesanais também

que, em geral, estão orientando suas práticas de consumo de forma mais consciente e saudável (VIEIRA, 1998; GUIVANT, 2003, GAZOLLA, 2012; WAQUIL et al., 2012).

A criação de novos produtos e serviços visando a complementar as atividades da agricultura familiar tem sido destacada como uma promissora alternativa no contexto brasileiro e especialmente no Rio Grande do Sul. Tal opção pode ser ilustrada pelos processos de agroindustrialização. A partir do incentivo à diversificação e à agregação de valor à produção primária, esta inovação se torna eficiente e representa impactos positivos no incremento da renda, na autonomia e no desenvolvimento das atividades agrícolas. Neste sentido, a agroindustrialização significa uma possibilidade que tende a favorecer este processo de forma multifuncional, melhorando o aproveitamento e valorizando não apenas a produção em relação à matéria-prima, como também as atividades, a forma de incremento de renda e de relacionar-se com o mercado (WESZ JUNIOR, 2009; GAZOLLA e PELEGRINI, 2011; GAZOLLA et al., 2012; GAZOLLA, 2012).

Isso serve às famílias de agricultores, que passam a desempenhar um novo papel na economia local. Este processo carrega em si diversos elementos que auxiliam na sua autonomia, para a melhoria da qualidade de vida, manutenção destas famílias nos espaços rurais e periurbanos, e ainda contribui para a segurança alimentar e nutricional do ambiente em que estão inseridas. Além disso, melhora a competitividade destas famílias, diante de um ambiente institucional complexo, em face da concorrência, visto que, de forma ampla, as

é o destaque dado por Waquil et al. (2012), e representa um perfil de consumidor vinculado às cadeias curtas de produção local.

instituições e a cultura do sistema agroalimentar tradicional tendem a favorecer os grandes empreendimentos e a padronização dos alimentos de forma globalizada.

Considerando estas exigências, de competitividade e de sustentabilidade, a inovação torna-se uma variável condicionante para o sucesso e a manutenção nos mercados das famílias agricultoras. Particularmente, agroindústrias familiares têm impactos diferenciados, em termos de inserção local e de elementos institucionalmente reconhecidos, conforme demonstram os programas e políticas públicas implantadas no Brasil, tais como Pronaf, Pnae e PAA, desde o final da década de 1990 e início dos anos 2000. Diante desta afirmação, neste texto, através da análise de estudos de caso, demonstra-se como as agroindústrias familiares realizam inovadoras práticas, com vistas à diferenciação, flexibilidade de uso dos seus recursos disponíveis (terra, trabalho familiar, conhecimento). Ainda demonstra como ocorre a relação dos agricultores familiares com o ambiente institucional, favorecendo e melhorando estas práticas, inserindo-os em um sistema agroalimentar alternativo local.

Até o final de 2014, observou-se um contexto institucional favorável para a criação e consolidação das agroindústrias familiares, conforme será descrito adiante, mesmo considerando as dificuldades de atender ao arcabouço legal envolvendo questões sanitárias e de adequações físicas. A fim de ilustrar este ambiente, o objetivo deste trabalho foi o de apresentar resultados positivos na criação de um sistema agroalimentar alternativo local apoiado em práticas inovadoras da agricultura familiar. Este estudo apresenta os resultados considerando 10 estudos de caso empíricos, em uma pesquisa realizada

em agroindústrias familiares localizadas na Serra Gaúcha. Todas elas participam do Programa Estadual de Agroindústria Familiar do Rio Grande do Sul (Peaf-RS), também conhecido como Programa Sabor Gaúcho.

A partir dos fundamentos teóricos da Nova Economia Institucional, apresenta-se o conceito de ambiente institucional e como brevemente se organiza o espaço das agroindústrias familiares no Rio Grande do Sul, Brasil. Destaca-se o processo de agroindustrialização como uma prática inovadora dos pequenos agricultores familiares inseridos em um Sistema Agroalimentar Alternativo Local – Sial, considerando-se também em conceitos como Short Food Supply Chain – SFSC, cadeias curtas e sistemas de inovação.

2. Os processos de agroindustrialização e o ambiente institucional

As agroindústrias familiares ou rurais de pequeno porte possuem características distintas de uma média ou grande empresa do setor agroalimentar, especialmente por tratar de uma atividade fundamentada na diversificação, multifuncionalidade e na verticalização dos processos produtivos. Além disso, busca redução dos custos e competitividade nos mercados para a garantia da reprodução da sua estrutura familiar. Como vantagem competitiva, possuem os direitos de propriedade sobre os principais *inputs*, ou seja, sobre os principais recursos necessários ao processo produtivo (terra, trabalho familiar e conhecimento).

A motivação para agroindustrializar está associada à necessidade de melhorar a renda, e a opção por ter um negócio, uma

firma, um empreendimento. Pode ser a partir do reconhecimento por um mercado consumidor em relação aos produtos feitos de excedentes na propriedade da família. Ademais, houve incentivo por entidades ou instituições, diante de um ambiente institucional que oportunizou ou favoreceu o processo de agroindustrialização (MIOR, 2007; GAZOLLA, 2012). Também se destaca pelo fornecimento de alimentos saudáveis e de alto valor nutricional de maneira a contribuir para a segurança alimentar da comunidade local, apoiados pelo Pnae e por políticas municipais.

Com o fortalecimento da agricultura familiar, da criação de oportunidades para a consolidação das agroindústrias familiares e a possibilidade de acesso aos mercados institucionais, amplia-se a probabilidade de melhorar a segurança alimentar e nutricional local. As atividades de agroindustrialização, abrangendo a estrutura familiar, envolvem a decisão de assumir e de desempenhar diversos papéis como agentes que compõem um sistema de produção complexo.

Conforme Mior (2007), existe uma distinção entre o processamento de alimentos e a atividade agroindustrial voltada aos mercados. O autor distingue as atividades de processamento de alimentos objetivando apenas o autoconsumo daquelas cujo valor de uso pressupõe uma orientação mercadológica, cujo valor está na troca. Além disso, destaca que uma agroindústria familiar se constitui em um ambiente com equipamentos e instalações específicas para a realização de suas atividades produtivas. Estas, por sua vez, devem estar adequadas às exigências, às normas e às orientações sanitárias, procurando internalizar os custos associados da formalidade, caracterizando-se como um empreendimento social e econômico.

Assim, envolvem-se tanto na produção primária, gerando a matéria-prima para a agroindústria, quanto no processo de agroindustrialização, que emprega os processos de transformação dos produtos agroindustrializados. Estas são duas grandes etapas assumidas pela família do produtor. Além disso, assume a etapa de varejo, ou seja, a fase de disponibilizar seus produtos para o consumidor final. Em muitos casos, é possível que as agroindústrias desenvolvam canais de comercialização diversificados, porém a venda direta também é uma característica deste tipo de empreendimento.

Diante desta circunstância, a agricultura familiar se reposiciona perante um processo de produção multifuncional, que combina produtividade com sustentabilidade ambiental, segurança de reprodução dos recursos naturais e culturais (PLOEG et al., 2000; MILONE, 2009). Contudo, demanda um ambiente que priorize e corresponda às exigências de um modelo com a especialização flexível, baseada em três redescobertas: processos de produção diversificados, não únicos; natureza artesanal do processo de produção; uso das habilidades humanas e conhecimentos específicos. Os atores e suas expertises têm papel-chave neste modelo (MILONE, 2009).

3. Ambiente institucional – programas e políticas públicos

O ambiente institucional é o contexto mais amplo no qual as interações econômicas são concretizadas entre os agentes de uma mesma sociedade. Para tanto, North desenvolveu o conceito de instituições vinculando-as aos padrões que orientam o comportamento dos agentes nos diversos níveis de interação social. Essas instituições

envolvem as regras formais e informais, e são definidas como "constrangimentos humanamente concebidos pela estrutura política, interação econômica e social. Elas consistem em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e regras formais (constituição, leis, direitos de propriedade)" (NORTH, 1991, p. 97).

As instituições, segundo North (1991), foram (e são) criadas e praticadas para impor uma ordem e reduzir as incertezas oriundas das transações, além de influenciar o conjunto de escolhas dos agentes, determinando assim os custos de transação e produção e, portanto, a rentabilidade e a viabilidade de desenvolvimento da atividade econômica. As interações humanas são complexas e definidas por estruturas de restrições ao comportamento, sejam formais ou informais. Estas restrições são entendidas como instituições que conformam uma série de regras, crenças que permitem o trato para com a incerteza. Para Nelson e Winter (1977), a inovação é um processo que está inerentemente associado à incerteza, sendo a estrutura institucional essencial para a promoção dos processos de mudança, inovação.

O ambiente institucional brasileiro é caracterizado por um amplo conjunto de regras formais — legislações, padrões regulatórios, regulamentos técnicos, leis, padrões e comportamentos dos agentes econômicos, que refletem diretamente nas condições de operacionalidade das agroindústrias familiares. Estas institucionalidades condicionam a atuação dos empreendimentos, pois impactam no sistema agroalimentar sobre as condições da produção, na qualidade dos produtos, nos padrões de consumo, na comercialização e na segurança alimentar (GAZOLLA, 2012). Assim, para iniciar as atividades de forma regularizada,

precisam atender a um amplo conjunto de regras e padrões institucionais.

Ao analisar este ambiente institucional e, mais precisamente, no estado do Rio Grande do Sul (RS), destaca-se como alguns programas e políticas públicos têm beneficiado a agricultura familiar. Dentre os mais importantes, têm-se os programas em nível nacional, via governo federal, tais como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e um programa regional, via governo estadual, Programa Estadual de Agroindústria Familiar – Peaf-RS. Estes programas viabilizam investimentos na melhoria da infraestrutura e de capital (Pronaf), na capacitação dos agricultores, na participação em feiras e eventos e no apoio para acessar novos mercados (Peaf-RS). Neste aspecto especialmente, há incentivo à participação aos mercados institucionais, os quais garantem a compra dos produtos oriundos da agricultura familiar por programas públicos de aquisição de alimentos (*governmental procurement*, como PAA e Pnae).

No estado do RS, a definição legal para as agroindústrias familiares, segundo a Lei Estadual nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012, a qual institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no estado do Rio Grande do Sul, encontra-se no artigo 2º, sob os seguintes aspectos:

> (I) agroindústria familiar é o empreendimento de propriedade ou posse de agricultor(es) familiar(es) sob gestão individual ou coletiva, localizado em área rural ou urbana, com a finalidade de beneficiar e/ou transformar matérias-primas provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde os processos simples até os mais complexos, como operações físicas, químicas e/ou biológicas; (II) agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal como sendo os estabelecimentos agroindustriais com pequena escala de produção dirigidos

> diretamente por agricultor(es) familiar(es) com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, cuja produção abranja desde o preparo da matéria-prima até o acabamento do produto, seja realizada com o trabalho predominantemente manual e que agregue aos produtos características peculiares, por processos de transformação diferenciados que lhes confiram identidade, geralmente relacionados a aspectos geográficos e histórico-culturais locais ou regionais.

Dentre as consideradas políticas de sucesso para os pequenos agricultores no Brasil, duas são destacadas na promoção dos chamados "mercados institucionais" proporcionados pelos programas Pnae e PAA, em que os produtores podem garantir a venda de seus produtos, valorizando a qualidade da sua produção, garantindo-lhes renda, redução da pobreza, e melhorando o sistema de abastecimento de alimentos em nível local (espaços rurais e urbanos). De acordo com o relatório realizado em outubro de 2013, "Structured Demand and Smallholder Farmers in Brazil: the Case of PAA and Pnae":

> "... The two initiatives combined are believed to be the largest institutional procurement programme in the world that deliberately prioritises purchasing from the most vulnerable of family farmers. These programmes also function as social safety nets that improve food security and guarantee food access for school-aged children and other vulnerable groups. This review of Brazil´s experience presents the many impacts these policies have on increasing food and nutritional security, expanding agricultural production and boosting rural incomes" (IPC–IG, 2013, p.5).

Desta forma, conforme exposto, o ambiente institucional brasileiro é constituído por um amplo conjunto de normas legais e jurídicas, regras que se constituem tanto em mecanismos de apoio como barreiras para a atuação das agroindústrias familiares. Contudo, os programas citados como de apoio à agricultura familiar são brevemente descritos para compreender de que maneira os pequenos agricultores

podem usufruir das oportunidades advindas desse ambiente institucional.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2012), o Pronaf, implementado por meio da Secretaria da Agricultura Familiar, se caracteriza como um programa que financia projetos individuais ou coletivos, no intuito de gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Pelo Pronaf, há o Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, cujo objetivo é apoiar a agroindustrialização da produção dos agricultores familiares e a sua comercialização, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural. Este programa foi estruturado com algumas linhas de apoio, sendo constituído de duas linhas principais de crédito: Pronaf/Agroindústria e Pronaf/Custeio Agroindustrial.

Dentre as linhas de apoio, o "Pronaf Mais Alimentos", uma das linhas mais utilizadas, se destina a financiar investimentos para a implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços na propriedade rural familiar, e está associado à linha de crédito "Pronaf Agroindústria". Esta objetiva financiar investimentos em infraestrutura, que visam ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais, do extrativismo, ou de produtos artesanais e o turismo rural. Na linha de crédito "Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares", há a possibilidade de financiamento de custeio das atividades de beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros, ou seja, na propriedade familiar ou pelas cooperativas ou associações.

Em relação ao PAA, criado em 2003, objetiva-se, por um lado,

colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. O apoio ocorre pela utilização de mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (MDA, 2012). As compras facilitam o acesso dos agricultores, tendo apenas que respeitar o limite anual de vendas e mantendo os preços praticados nos mercados locais.

Em relação ao PNAE, existente desde a década de 1950, atende atualmente em torno de 47 milhões de alunos, investindo anualmente cerca de 3 bilhões de reais pelo governo federal na aquisição dos alimentos para a merenda escolar. No entanto, a maioria dos municípios adquiriam os alimentos por meio de fornecedores de grande porte, em geral, bastante especializados. A partir de 1994, com uma descentralização do Programa, algumas iniciativas têm incentivado a aquisição dos produtos locais, favorecendo aos pequenos agricultores familiares, com a possibilidade de fornecer alimentos da sua produção para este mercado (TRICHES, 2010). É com esta visão que esta política se aplica aos produtores das agroindústrias familiares, buscando inserir seus produtos que possuem uma origem e uma cultura, além da possibilidade de melhorar a qualidade nutricional da alimentação escolar e, consequentemente, dos estudantes da rede pública.

Em nível estadual, no caso no Rio Grande do Sul, o Peaf-RS é uma política pública cujo foco é resgatar as práticas da agricultura familiar e das dinâmicas de desenvolvimento local, visando a respeitar os valores de uma agricultura voltada à diversificação dos sistemas produtivos e do meio ambiente, especialmente com seu foco na

agroecologia. Integra a estratégia de desenvolvimento do governo para apoiar a legalização e a implantação de agroindústrias familiares no Estado do RS. Por meio deste programa, pretende-se proporcionar condições favoráveis para a geração de trabalho e renda no contexto rural gaúcho, além de promover o abastecimento alimentar de forma saudável e de acordo com os costumes locais (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Com esta visão, foi organizada uma série de medidas para facilitar a implantação e a legalização de agroindústrias familiares no RS. Dentre estas medidas, destaca-se: facilitar o acesso a linhas de crédito com juros mais baixos; incentivar a participação dos agricultores familiares no PAA e no Pnae; oferta de serviços de orientação para regularização sanitária e ambiental; abertura de novos espaços de comercialização local e apoio às feiras de expressão regional, estadual e nacional.

Além disso, serão apoiadas as ações de organização dos agricultores familiares em estruturas associativas e cooperativas; qualificação e capacitação por meio de cursos nas áreas de gestão agroindustrial, boas práticas de fabricação, tecnologia de processamento dos alimentos; e assistência técnica para elaboração de projetos de regularização sanitária e ambiental. Com base nas oportunidades oriundas destes programas e políticas públicos, os agricultores familiares da região têm obtido recursos e apoios diversos que contribuem para fomentar suas atividades e promover um sistema local baseado na produção alternativa e inovadora de alimentos.

4. Sistemas agroalimentares alternativos locais e os sistemas de

inovação

Com o fortalecimento da agricultura familiar e a criação das agroindústrias, favorece-se a economia local e a criação de sistemas agroalimentares alternativos locais. Para Muchnik et al. (2008), um dos primeiros a definir um conceito sobre Sistemas Agroalimentares Localizados – Sial (SALCIDO, 2013), trata das organizações de produção e de serviços (unidades de produção agrícola, empresas agroalimentares, de comércio, serviços) com as suas características e funcionamento associados a um território específico, incluindo o meio ambiente, os produtos, as pessoas e seus conhecimentos, as suas instituições, os seus hábitos alimentares e suas redes de relações. Neste caso, há um ajuste em termos territoriais para a produção de alimentos em uma determinada escala espacial.

Igualmente definidos como "Sistemas Agroalimentares Locais", integra-se à produção, o processamento, a comercialização e o consumo dos alimentos em uma área geograficamente definida e de reduzidas distâncias entre os nós da cadeia alimentar. As "Cadeias Curtas de Suprimentos" também constituem outro conceito em destaque, no entanto define-se como uma redução ou minimização dos intermediários no processo, ou seja, na diminuição ou eliminação destes "nós" existentes na cadeia de produção como um todo, sendo possível estreitar o contato entre produtor-consumidor (KNEAFSEY et al., 2013).

O conceito de Sial também pode ser associado aos sistemas de *Short Food Supply Chain – SFSC*, uma ideia que tem sua reflexão baseada na relocalização e reconexão da agricultura com a produção de alimentos. Ambos os aspectos — localização da produção e a distância

entre os nós da cadeia de suprimentos ou entre os *stakeholders* (interessados) envolvidos — têm sido estudados por uma grande parte de institutos de pesquisa na União Europeia (por exemplo, programas como Impact, Suppliers e Faan) (KNEAFSEY et al., 2013).

Para Marsden et al. (2000), as cadeias curtas são capazes de ressocializar e re-espacializar os alimentos e sua produção, criando novas relações entre produtores-consumidores, com uma nova construção de percepção de valor. Os Sial e os SFSC permitem ao consumidor fazer conexões e associações com o local, espaço da produção e valorizam as pessoas envolvidas e os métodos de produção empregados. Algumas cadeias são altamente localizadas, outras dependentes de associações ou arranjos institucionais em níveis local, nacional ou internacional. E outras são menos intimamente envolvidas com as estruturas sociopolíticas e são mais o resultado do empreendedorismo individual.

Tanto a França como a Itália institucionalizaram políticas que contribuem para a promover os mercados da agricultura familiar, estabelecendo mecanismos que regulam e favorecem as cadeias curtas. Os SFSC têm sido uma prioridade na política de desenvolvimento rural na União Europeia ("CAP towards 2020" proposals) (KNEAFSEY et al., 2013). No Brasil, por meio dos incentivos oriundos dos programas e políticas públicos citados, verifica-se a tendência e oportunidade de organização destes sistemas.

Segundo Marsden et al. (2000), o termo SFSC é amplo e permite três tipos principais, as quais facilitam sua definição ou caracterização, quais sejam:

- *Face-to-face:* consumidor compra diretamente do produtor, é uma

relação baseada em autenticidade e confiança, interação pessoal. A internet também tem sido uma nova oportunidade dentro desta perspectiva.

- *Spatial proximity*: os produtos são produzidos e distribuídos na região específica (ou local) de produção, e os consumidores estão cientes da natureza 'local' do produto no ponto de venda.
- *Spatially extended*: onde valor e significado carregam informações sobre o local de produção e aqueles que produzem o alimento, sendo traduzido para os consumidores que estão fora da região de produção e que podem ter nenhuma experiência pessoal daquela região.

Uma aproximação que se pretende realizar em termos teóricos é que os sistemas de inovação, baseados na Economia Evolucionária, também fortalecem a representação dos sistemas agroalimentares alternativos locais, uma vez que ambos podem complementar a compreensão do fenômeno desempenhado pelas atividades de agroindustrialização para a agricultura familiar. Todo o processo de inovação é complexo e depende de um codesenvolvimento de novas configurações sociotécnicas, novas estruturas de mercado, novos atores e novas instituições, além de depender de um contexto histórico e de condições espaciais e temporais para sua ocorrência (MARKARD e TRUFFER, 2008). Segundo Marsden et al. (2000), as inovações podem advir do apoio estatal (governo), pela criação de um ambiente favorável ou podem ser também resistências aos efeitos negativos das políticas de Estado.

Os sistemas de inovação, mais especificamente, podem ser conceituados como um conjunto de organizações e instituições e as

relações entre eles (EDQUIST, 2005). Podem ser definidos em vários níveis (por exemplo, níveis nacional, setorial, regional e local). Sistemas Nacionais, Regionais ou Locais de Inovação são essencialmente delineados em uma base espacial assumindo que eles são, em grande parte, determinados por organizações e instituições inerentemente caracterizadas por uma determinada esfera territorial de influência e interação (MOULAERT e SEKIA, 2003).

Para Doloreux e Parto (2004), há três dimensões da literatura sobre sistema regional de inovação. Inicialmente, são as interações entre os diferentes atores do processo de inovação, em especial a interação entre usuários e produtores, mas também entre as empresas e toda a comunidade de pesquisa. O segundo é o papel das instituições e da medida em que os processos de inovação são institucionalmente incorporados na definição de sistemas de produção. O terceiro é a dependência pelos formuladores de políticas em análises que tentam operacionalizar o conceito de sistemas regionais de inovação.

Assim, as abordagens de sistemas agroalimentares como Sial, SFSC, cadeias curtas e sobre os sistemas de inovação evocam a propensão regional, territorial e suas dimensões, características socioeconômicas e culturais, instituições, redes de interações, como elementos de um arranjo organizacional e institucional que favorece a atuação dos agricultores familiares e o processo de agroindustrialização em um esforço coletivo. A análise sob esta ótica parece ser uma interessante abordagem teórico-metodológica a ser investigada, especialmente para compreender os processos de desenvolvimento rural.

5. Metodologia e desenvolvimento da pesquisa empírica

O trabalho se baseia em métodos de pesquisa e análise a partir da abordagem qualitativa, com dados obtidos por meio de fontes primárias (coletados em campo, por meio de entrevistas e observação) e secundárias (documentos, legislações, artigos e teses). Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa é útil para conhecer experiências e interações vinculadas ao seu contexto natural, destacando as suas particularidades. Pelo método de Estudo de Caso, pode-se explicar determinada situação, útil quando se inicia uma pesquisa ou para ampliar o conhecimento a respeito de determinado tema (GIL, 2009).

Visando analisar experiências de empreendimentos rurais que participam do Peaf-RS, foram selecionados 10 casos de agroindústrias familiares inclusas no programa. Para a definição da amostra, principal critério identificou a Serra como a região com maior número de inclusões de agroindústrias familiares no Peaf-RS[4] que, conforme os dados de março de 2013, contava com 17 agroindústrias inclusas. Para a definição da amostra, por julgamento do pesquisador, foram analisadas as agroindústrias familiares produtoras de matéria prima de origem vegetal e não animal, mantendo assim, o total de 10 empreendimentos pesquisados.

4 No levantamento realizado em março de 2013, constavam 1.029 agroindústrias familiares cadastradas (não formalizadas) e 119 inclusas (formalizadas) no PEAF-RS. Os dados de abril de 2014 demonstram a evolução dos números do Peaf-RS, com 1.937 cadastros e 455 inclusões, e em novembro de 2014, o total de agroindústrias familiares inclusas era de 614 (SDR-Daca, 2014). Para a definição da amostra, os dados considerados na ocasião foram os referentes ao cadastro do mês de março de 2013. Cabe destacar que a diferença entre cadastradas e inclusas significa que estas estão formalizadas e atendem aos requisitos de inclusão no Peaf-RS.

Estas famílias são produtoras de frutas, legumes e outros vegetais, os quais são transformados para agregar valor em relação ao produto *in natura*, fresco. Dentre os principais produtos, destaca-se a produção de: bebidas, como sucos de fruta, vinhos, espumantes e cachaças; e de processamento de vegetais, como compotas, doces, geleias, conservas, frutas secas e chás. Realizam também a venda de produtos *in natura*, como hortaliças e frutas orgânicas.

Foram realizadas entrevistas, a partir de um questionário semiestruturado. Estas entrevistas identificaram as informações sobre a decisão e que estratégias foram adotadas para a criação das agroindústrias, como ambiente institucional contribuiu para estas decisões e quais são as práticas realizadas para a sua inserção nos sistemas agroalimentares alternativos locais. A realização das entrevistas e visitas *in loco* foram realizadas entre os meses de agosto e outubro de 2013, na Região da Serra do Rio Grande do Sul, Brasil. As regiões representadas na Figura 1 são denominadas de COREDEs – Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Na região da Serra foram analisados 10 casos localizados nos municípios de: Flores da Cunha (4), Garibaldi (1), Carlos Barbosa (1), Antônio Prado (1), Nova Roma do Sul (2) e Santa Tereza (1).

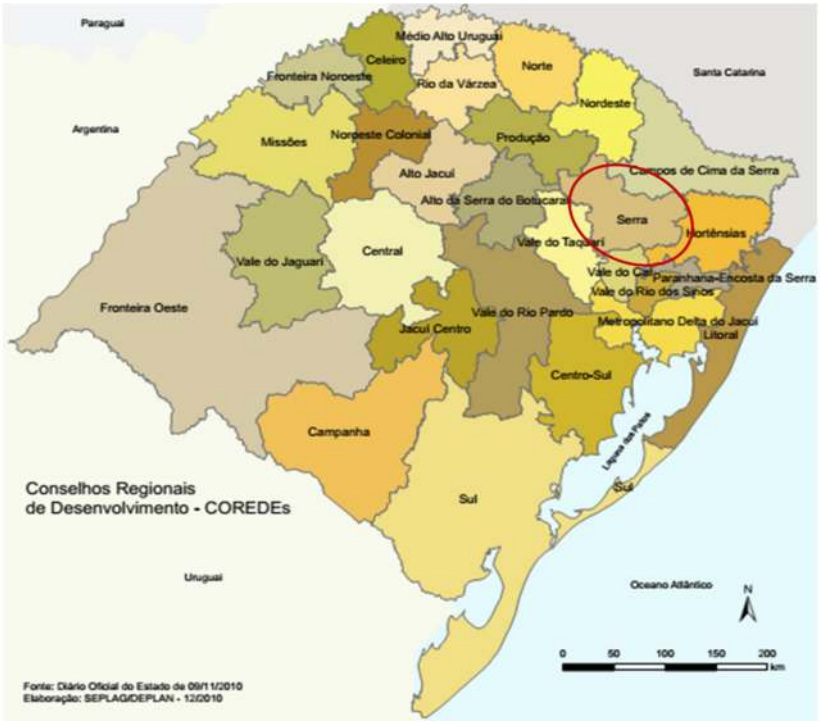

Figura 1 – Regiões do Corede no RS com destaque para a região da Serra.

6. Análise dos resultados – as experiências locais na serra gaúcha

As agroindústrias familiares no RS, especialmente estas localizadas na região serrana, possuem características distintas daquelas empresas agroindustriais de médio e grande porte. O trabalho, a produção, os recursos e o conhecimento envolvidos nas atividades produtivas são baseados na estrutura familiar e no acúmulo de saberes mantido culturalmente e facilmente traduzido em produtos diferenciados, produzidos artesanalmente. Estes empreendimentos e suas relações é que permitem a criação de um sistema agroalimentar alternativo local, pois entre os pequenos produtores, as instituições, organizações, vizinhança e consumidores, estabelecem-se uma rede

sinérgica de interação e atuação, promovendo a constituição destes sistemas.

A alternativa inovadora criada via processo de agroindustrialização agrega valor à produção agrícola, incentiva à diversificação e melhora a renda e a autonomia dos agricultores e de suas famílias. Destaca-se, dentre estas práticas, a produção agroecológica e/ou orgânica em um sistema de produção que tem obtido a adesão especial destes agricultores familiares em áreas periurbanas e rurais. Este sistema contribuiu para a geração de processos de inovação, a incorporação de novas culturas agrícolas (variedades na produção primária e mudanças nos processos de cultivo) e o processamento de alimentos diversificados. Em combinação com a ação coletiva, estas práticas têm dinamizado a economia local e incentivado uma transformação no comportamento alimentar e de qualidade de vida nos espaços rurais-urbanos.

A criação das agroindústrias familiares tem contribuído para a manutenção das famílias e dos jovens no campo, motivando a permanência no ambiente rural, melhorando a condição econômica da família (renda) e, portanto, sua autonomia e qualidade de vida. Esta autonomia é destacada na tomada de decisões sobre como aperfeiçoar a produção agrícola, usar os fatores de produção disponíveis, tornar-se um empreendedor rural integrando o sistema agroalimentar local de maneira alternativa e garantir o próprio autoconsumo, além de fornecer alimentos para outras famílias e organizações da região.

Os pequenos produtores têm a liberdade de decidir e reagir em relação às mudanças decorrentes do ambiente institucional, reorganizando os fatores de produção sob seu controle de maneira mais

apropriada. Sob a ótica de um sistema, os produtores realizam práticas diferenciadas para a gestão dos recursos e das atividades, criando soluções alternativas, gerando processos de inovação, ou novidades. Estas, por sua vez, estão associadas ao sistema agroalimentar local, aos recursos disponíveis e específicos, ao conhecimento existente, e as interações com o ambiente institucional e seus agentes, formando as redes de trocas de informações e de experiências.

Fundamentalmente, resume-se que estas agroindústrias familiares realizam múltiplos processos de inovação, buscando diferenciar-se de maneira alternativa em termos de:

a. Produtos novos e diferenciados, com a ampliação de mercados e das relações entre produtores-consumidores, criando relações de proximidade, frequência e confiança;
b. Formas alternativas de organização e gestão da propriedade, buscando novas interações, conhecimentos e tecnologias, capacitações técnicas que se agregam ao conhecimento tácito. Isso, muitas vezes, se caracteriza na forma de produção, baseada na tradição e cultura do "saber-fazer", associada ao apoio e à relação de confiança junto aos agentes de desenvolvimento rural e a assessores técnicos que fornecem apoio e suporte para as atividades das agroindústrias;
c. Interações institucionais, por meio de entidades, políticas e programas governamentais, redes de apoio, cooperativas e/ou associações, na tentativa de obter vantagens econômicas, políticas e sociais, fomentando relações de parceria, inserção em novos mercados, participação em feiras, eventos e criando oportunidades de melhoria da relação entre produção e consumo sustentável;

d. Apoio ao desenvolvimento de projetos de acesso a créditos e recursos não reembolsáveis ou de maneira facilitada, com juros mais baixos e condições diferenciadas.

A Tabela 1 apresenta a frequência relacionada aos processos de inovação analisados. Estes processos foram considerados de maneira empírica, evidenciada pelos próprios entrevistados e com base no seu contexto, ou seja, um processo de inovação pela ótica do próprio respondente, considerando seu histórico e evolução desde o início das atividades.

Certamente, o número de casos estudados não nos permite generalizar, no entanto, para este público, pode-se destacar os principais processos ou práticas comuns entre eles, tais como inovações em produtos com: novos produtos ou linha de produtos finais, mudança no processo produção matéria prima (muito associada a produção orgânica), inovações em processo adotando novos processos de produção associados a forma de processamento dos produtos finais, ampliação ou adaptação da área física e instalações e a aquisição de novos equipamentos.

A comercialização direta é a forma mais comum entre estes empreendimentos, valorizando a venda no estabelecimento e em feiras, mas também inserindo os produtos em mercados e lojas. A comunicação é a tradicional boca-a-boca, reforçando a proximidade entre os atores da cadeia (produtores-consumidores) e a comunicação direta em feiras e eventos. Por fim, para caracterizar, a preocupação com a atuação local e a valorização dos produtos pela imagem, atribuindo selos de certificação de qualidade ou origem, como os de identificação de produtos oriundos da Agricultura Familiar ou Cooperativa e de associação ao Programa

Sabor Gaúcho, que remete à questão do local e da artesanalidade.

TABELA 1. Processos de inovação evidenciados pelas agroindústrias familiares pesquisadas na Serra Gaúcha

Tipos de inovações desenvolvidas pelas Agroindústrias Familiares da Serra Gaúcha	
Matéria prima nova ou diversificada	50%
Produção matéria prima certificada	50%
Novos produtos ou linha de produtos finais	100%
Novas embalagens e apresentações do produto final	60%
Mudança no processo produção matéria prima	90%
Novos processos de produção (processamento)	90%
Construção área inicial	40%
Ampliação ou Adaptação Área	80%
Novos Equipamentos	80%
Novas tecnologias associadas	50%
Processo produção (processamento) certificado	30%
Tratamento ou destinação resíduos, Uso de energias ou recursos renováveis	60%
Venda no Estabelecimento	80%
Venda em Feiras	70%
Venda para Mercados Institucionais	50%
Venda em Mercados e lojas	100%
Venda em Encomenda, venda eletrônica	30%
Comunicação Boca-a-boca	90%
Comunicação Feiras e eventos	70%
Site, folders, veiculação em revistas, jornais, rádios, catálogos especializados	50%
Comunicação Participação em concursos e premiações	60%
Comunicação inserção em rotas turística	40%
Selos e atributos de certificação de qualidade orgânica	60%
Selos ou atributos de valorização da imagem e da produção	90%
Selos de identificação Agricultura Familiar ou Cooperativa	70%
Selos associado à participação em programa (Sabor Gaúcho)	80%
Atuação Local e Regional	90%
Atuação Estadual (Região)	40%
Atuação Nacional (outros estados)	40%
Atuação Internacional	0%

Essas características viabilizam o reforço a um sistema agroalimentar enraizado, tendo o local e o espaço específico em que desenvolvem as suas atividades. Com isso, criam-se as redes que favorecem o encurtamento das cadeias, através de práticas como a venda direta no estabelecimento, relacionamento com rotas turísticas, feiras agroecológicas locais e regionais, e a venda em canais específicos de distribuição de produtos agroecológicos, orgânicos, oriundos da agricultura familiar.

De acordo com relatos dos agricultores, o contato direto com os consumidores mantém um relacionamento de confiança, criam laços de proximidade, os fidelizam e mantém a demanda pelos produtos, criando as cadeias alimentares curtas. Ao mesmo tempo, os consumidores tornam-se conscientes das sazonalidades da produção, além de servirem de estimulo para o desenvolvimento de alimentos alternativos, feitos ao "gosto" do consumidor.

Muitas das inovações desenvolvidas em produtos, processos e mesmo a alteração no sistema de produção primário – considerando a produção orgânica e mesmo a diversificação das culturas - são decisões decorrentes das escolhas feitas pelos consumidores. Segundo uma das entrevistadas, é nas feiras e no contato direto com o consumidor que são originadas as principais ideias para a inovação em produtos. Outro fator dentro do sistema agroalimentar local é a participação em mercados institucionais, promovidos pelos programas PAA e Pnae. Especialmente este último envolve aspectos informais como o reconhecimento das crianças em idade escolar que consomem alimentos do seu círculo familiar, mantendo a conexão com o local, os hábitos alimentares e a identidade, proveniência do que está sendo consumido.

Outro aspecto relevante é a interação com o poder público municipal diante do Pnae e sua implementação para a discussão sobre as compras e as mudanças no cardápio da alimentação escolar, visando ao fornecimento dos alimentos produzidos pelas famílias locais, valorizando as suas atividades e promovendo a garantia da segurança alimentar e nutricional deste público infantil. O local também favorece a distribuição dos produtos e sua logística para os mercados próximos, inserindo-os em nível local e regional, sustentando as cadeias curtas e alternativas de distribuição agroalimentar. Para o caso do PNAE, muitos agricultores fornecem seus produtos para municìpios vizinhos da região. Os produtos são caracterizados pela sua diferenciação e especificidade, sendo a maior parte cultivada por processos de produção orgânicos, agroecológicos e/ou biodinâmicos.

Para os casos de estudo, as culturas (matérias-primas) produzidas são: mirtilo, uva, figo, laranja, marmelo, cebola, pepino, ervas medicinais, pêssego, abóbora, couve, brócolis, cana-de-açúcar, olericultura, goiaba, morango, amora. Metade destas agroindústrias produz e processa apenas uma única cultura, e as outras cinco produzem e processam culturas variadas. A principal é a uva. Os produtos (finais) processados variam entre: doces, conservas de vegetais, frutas secas, geleias, compotas, chás, vinhos, espumantes, cachaças e licores. O Quadro 1 apresenta algumas das principais características destas agroindústrias familiares.

Os canais de venda direta são a principal forma de venda e de contato com os mercados, destacando a venda direta no estabelecimento e nas feiras como principais meios de distribuição e comercialização. Os mercados institucionais são importantes principalmente para as

agroindústrias que produzem os vegetais, mas também contam com a participação das produtoras de sucos. Os canais de venda indireta se destacam por serem mercados e lojas da região, especialmente aqueles que promovem o comércio de produtos típicos e/ou coloniais. De acordo com os entrevistados, desenvolvem os canais de comercialização sugeridos por Marsden et al. (2000), destacando o *face-to-face* ou o contato direto produtor-consumidor como meio principal de venda, mas ambos os *spatial proximity* e *spatially extended* também como meios secundários de venda e distribuição.

Em termos de integração aos sistemas de inovação local ou regional, todas as agroindústrias interagem com o ambiente institucional por meio do apoio do Peaf-RS, posto que todas são inseridas no programa. Também se beneficiam do apoio de outros programas e políticas, em nível federal como o Pronaf, o PAA, o Pnae, e também pelo acesso a créditos e recursos não reembolsáveis de outros programas. Para os entrevistados, o apoio institucional das organizações públicas governamentais demonstra importância relevante para o desenvolvimento de suas atividades.

Características e Resultados das Agroindústrias Familiares – AFs pesquisadas na região da Serra – RS - Brasil	
Nº de Agroindústrias Familiares	09 Individuais, 01 Cooperativa
Nº membros da família atuando	250 pessoas (200 associadas na cooperativa)
Nº de famílias envolvidas	27 AFs individuais e 46 na cooperativa
Tipo de produtos	04 vegetais, 04 bebidas, 02 vegetais e bebidas
Tempo de operação em anos	09 AFs atuando há mais de 10 anos
Participação nos Programas e Políticas públicos	10 PEAF-RS, 10 PRONAF, 05 PNAE, 02 PAA e 06 Outros programas não citados
Principais práticas alternativas e inovações	06 Mudanças na produção da matéria-prima (no método de produção e na diversificação das culturas)
	08 Novos produtos, aumento linha de produtos
	05 Novos processos de produção
Modelos de Produção	05 totalmente orgânicas
	03 mistas - com algumas variedades em transição
	02 convencional
Decisão por agroindustrializar	06 Desejo de empreender e permanecer no meio rural
	04 Estímulo de entidades parceiras e apoio de políticas públicas
	02 Oportunidade - apoio, financiamento, crédito
	02 Necessidade - melhorar renda, condições de trabalho da família.

Quadro 1. Características e resultados das Agroindústrias Familiares pesquisadas

Destaca-se o sistema agroalimentar alternativo local e as cadeias curtas sendo consolidadas em nível local e regional, incluindo também nível estadual. Neste sentido, a região da Serra tem se destacado em termos de organização local e de iniciativas inovadoras pela agricultura familiar. Algumas interações incluem também o âmbito nacional, especialmente no que se refere à inserção e a divulgação dos produtos e das práticas desenvolvidas pelas agroindústrias da região. Os apoios são especialmente relacionados ao acesso aos recursos financeiros como crédito subsidiado ou recursos não reembolsáveis, para investimentos em capital e também custeio. Outros apoios são relacionados à participação em eventos e cursos de capacitação, feiras, abrangendo o

custeio de despesas para os participantes, bem como para o espaço nestes locais.

O apoio político tem sido obtido no sentido de mudanças no ambiente legal, com a criação e a flexibilização de certas normas e padrões, respeitando a realidade diversa das agroindústrias familiares em relação às demais empresas do setor agroalimentar. Com a participação no PEAF-RS, as agroindustrias familiares podem ter suas licenças obtidas com o apoio das equipes da SDR-DACA e da Emater. Assim, o apoio técnico é fornecido pelas empresas e organizações de assistência rural e agropecuária, mas também há organizações e associações específicas, de cunho privado e sem fins lucrativos que tem contribuído para avanços na produção primária e na obtenção de licenças de operação das plantas industriais.

Em termos de gestão, ainda é um requisito de melhoria, sendo este um dos pontos a ser considerados nas ações individuais e coletivas para a melhoria do desempenho das agroindústrias e do papel que elas realizam em nível local e regional. Neste sentido, há iniciativas em desenvolvimento, com projetos e programas que visam a incentivar a gestão da inovação na agricultura familiar e empreendedorismo rural. Contudo, segundo a opinião geral dos entrevistados, as inovações e assumir o processo de agroindustrialização são escolhas que demandam muito interesse da família, e que sem o envolvimento com as redes, organizações, apoios diversos, estas iniciativas não teriam obtido resultados promissores.

Os programas e políticas públicos que foram destacados neste trabalho ressalta o objetivo em demonstrar as oportunidades institucionais para a melhoria dos negócios liderados pela agricultura

familiar no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul. Aspectos econômicos, financeiros, legais e sanitários, sociais, ambientais e organizacionais exigem uma postura e uma conduta empresarial que nem sempre integra um ambiente promissor para empreender no ambiente brasileiro, especialmente para os pequenos empreendimentos rurais e familiares. A competitividade e as dificuldades do setor exigem uma postura mais enfática do Estado para oportunizar melhores condições de ambientação econômica.

Estas políticas ampliaram as possibilidades de atuação destes agricultores familiares, de maneira a não apenas mobilizá-los para a direção de enfrentar o risco em inovar e empreender, como a mudar a sua estrutura de atuação, reorganização dos recursos disponíveis e o direcionamento das atividades das quais dependem a sobrevivência das respectivas famílias. No entanto, é sempre um processo de decisão complexo, que envolve muito investimento e risco.

As demandas pelo atendimento às questões sanitárias também interferem no processo de formalização das agroindústrias, pois por tratarem-se de empreendimentos familiares, possuem características e escala de produção bastante reduzidas, além das exigências (em grande parte) estarem adequadas à grandes estruturas agroindustriais. Para tanto, os agricultores necessitam investir em

Assim, um fator que deve ser considerado nas escolhas é o efeito *lock in* criado pelos investimentos em tecnologias a partir destas políticas públicas. Neste aspecto, é necessário entender, por exemplo, as trajetórias e o envolvimento de algumas agroindústrias familiares em relação ao seu futuro, e como as interações com as instituições políticas e econômicas podem viabilizar uma matriz institucional eficiente para a

manutenção ou retorno destes investimentos.

Vale destacar, por exemplo, as condições de investimentos e a captação de recursos financeiros, bem como a aplicação dos recursos materiais e econômicos por parte das famílias, e como isso pode "aprisionar" ou direcionar os esforços para uma trajetória que precisará se desenvolver no médio e longo prazo. Por isso é importante o envolvimento das instituições e uma tomada de decisão baseada no planejamento de longo prazo. Pelo tempo de atuação, poucas são as agroindústrias recentemente implementadas, mas muitas obtiveram apoios institucionais para sua consolidação.

A Figura 2 representa alguns destes resultados, baseado nas interfaces entre as oportunidades do ambiente institucional, a organização dos sistemas agroalimentares alternativos locais e de inovação, e os resultados para as agroindústrias familiares, segundo os respondentes.



Figura 2 – Interfaces entre ambiente institucional, sistemas agroalimentares alternativos locais e de inovação, e as agroindústrias familiares.

7. Considerações finais

O artigo apresentou a relação dos agricultores familiares com o ambiente institucional, de maneira a favorecer e melhorar as práticas de agricultura pelo processo de agroindustrialização, inserindo-os em um sistema agroalimentar alternativo local. Por um lado, são apropriados de conhecimento, das técnicas do "saber fazer", do gosto pela agricultura e pela transformação dos alimentos. Por outro, as redes de interação representam uma sinergia favorável à criação e/ou à manutenção de um sistema agroalimentar alternativo baseado na

localidade e na geração de inovações.

Diante dos desafios da comercialização, da gestão da empresa, dos processos logísticos e de manutenção da competitividade no mercado agroalimentar baseado na lógica convencional e globalizada, estes pequenos proprietários das agroindústrias familiares instituíram um espaço alternativo que permite resgatar a sua autonomia. Além disso, é diante deste sistema alternativo que resgatam a sua qualidade de vida, manutenção da família e dos filhos no meio rural, garantindo a produção de alimentos saudáveis e de qualidade. Não apenas para os consumidores que estreitam relações de amizade e confiança, aqueles que atuam nos mercados institucionais (como PAA e PNAE) contribuem para viabilizar a garantia da segurança alimentar e nutricional, especialmente das crianças em fase escolar, muitas delas de baixa renda.

As inovações nestes casos representam soluções e novas formas de organização e de gestão, seja em termos de produção, seja em acessar mercados, recursos financeiros e/ou técnicos. Além disso, precisam coordenar os ativos humanos, os saberes, as capacidades e as competências presentes em cada membro que participa dos processos. O importante é destacar que os processos de inovação precisam estar contextualizados. Não representam apenas um novo produto ou novo processo, mas qual o significado e a representação desta inovação no ambiente em que a agroindústria está associada. Estas inovações estão baseadas na flexibilidade, multifuncionalidade e diversificação dos processos associados à agroindustrialização. A inovação depende do aprendizado, da aplicação das habilidades e competências.

Conforme Schmitt (2011), as experiências localizadas e os

arranjos políticos e o ambiente institucional podem contribuir à construção de um sistema agroalimentar alternativo por meio de sinergias positivas, mas há muitos desafios a serem superados. O importante é destacar que os atores essenciais na construção destes sistemas estejam interagindo e criando as possibilidades de agregar, de forma autônoma, qualidade e segurança alimentar e nutricional do local e região em que estão inseridos. Assim, estas experiências representam apenas um início de um sistema que deve ser estimulado e reproduzido, considerando os aspectos intrínsecos de cada localidade em conexão com a sua comunidade.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Secretaria da Agricultura Familiar. MDA/SAF: 2012. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>. Acesso em: 3 fev. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Secretaria da Agricultura Familiar. MDA/SAF: 2012. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>. Acesso em: 3 fev. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Crédito Rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).** MDA: 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso em: 9 jan 2013.

DOLOREUX, D.; PARTO, S. Regional innovation systems: a critical synthesis. United Nations University, Institute for New Technologies. In: **Discussion Paper Series**, v.17, p. 7-37, 2004.

EDQUIST, C. Reflections on the systems of innovation approach. In: **Science and Public Policy**, Beech Tree Publishing, 10 Walford Close, Guildford, Surrey GUI 2EP, England, v.31, n.6, p. 485-9, dez. 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GAZOLLA, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares.** Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR-UFRGS. Porto Alegre, 2012.

GAZOLLA, M.; NIEDERLE, P.A.; WAQUIL, P.D. Agregação de valor nas agroindústrias rurais: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.122, p.241-62, jan.-jun. 2012.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. As experiências familiares de agroindustrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado. In: **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.32, n.2, p. 361-88, nov. 2011.

GIL, A.C. **Estudos de caso: fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados, como redigir o relatório**. São Paulo: Atlas, 2009, 148p.

GUIVANT, J.S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. In: **Ambiente & Sociedade**, v.6. n.2, jul.-dez. 2003.

HEKKERT, M. et al. Functions of innovation systems: a new approach for analyzing technological change. In: **Technological Forecasting & Social Change** n.74, p. 413-32, 2007.

INTERNATIONAL POLICY CENTRE FOR INCLUSIVE GROWTH. **Structured Demand and Smallholder Farmers in Brazil: the Case of PAA and PNAE.** Relatório. Brasília: IPC – IG, out. 2013.

KNEAFSEY, M. et al. **Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the EU. A State of Play of their Socio-Economic**

Characteristics. European Commission Report EUR 25911 EN, Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2013.

MARKARD, J.; TRUFFERA, B. Technological innovation systems and the multi-level perspective: Towards an integrated framework. In: **Research Policy**, v.37, Issue 4, p. 596-615, maio 2008.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food Supply Chain Approaches: Exploring their Role in Rural Development. In: **Sociologia Ruralis**, Vol 40, n.4. European Society for Rural Sociology, out. 2000.

MILONE, P. **Agriculture in Transitions: A Neo-Institutional Analysis.** Assen: Van Gorcun, 2009.

MIOR, L.C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: **Colóquio Internacional De Desenvolvimento Rural Sustentável**. Florianópolis, 22-25 ago 2007.

MOULAERT, F.; SEKIA, F. Territorial Innovation Models: A Critical Survey. In: **Regional Studies**, v.37.3, p. 289-302, 2003.

MUCHNIK, J.; CAÑADA, J.S.; SALCIDO, G.T. Systèmes agroalimentaires localisés: état des recherches et perspectives. In: **Cahiers Agricultures**, v.17, n.6, nov-dez. 2008.

NELSON, R.R.; WINTER, S.G. In search of useful theory of innovation. In: **Research Policy**, n.6, p. 36-76, 1977.

NORTH, D.C. "Institutions". In: **Journal of Economic Perspectives** – v.5, n.1 - Winter, p. 97-112, 1991.

_____. Entendendo o processo de mudança econômica. In: **Revista Banco de Ideias**, Clássicos Liberais (por Robert Fendt), n.46, p. 4-19, 2009.

PLOEG, J.D.V.d. et al. Rural development: From practices and policies towards theory. In: **Sociologia Ruralis**, n.40, p. 391-408, Oxford 2000.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 13.921/2012. **Política Estadual de Agroindústria Familiar no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2012. Disponível em:

<http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/area/agroindustria/Lei%2013.921.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2012.

SALCIDO, G.T. Sistemas agroalimentarios localizados. Innovación y debates desde América Latina. In: **Revista Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v.10, n.2, p. 68-94, jul.-dez. 2013.

SCHMITT, C.J. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. Editora convidada. In: **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.8, n.3, p. 4-8, 2011.

TRICHES, R.M. **Reconectando a produção ao consumo:** a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR, UFRGS. Porto Alegre, 2010.

VIEIRA, L.F. Agricultura e agroindústria familiar. In: **Revista de Política Agrícola** – Ano VII, n.1 – jan.-fev.-mar., p. 11-23, 1998.

WAQUIL, P.D. et al. **O perfil da agroindústria rural no Brasil:** uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/FCE, jul. 2012.

WESZ JUNIOR, V.J. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar:** análise e avaliação da experiência brasileira. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.